



DA INTERPRETAÇÃO À TEORIZAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA QUALITATIVA AO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

FROM INTERPRETATION TO THEORIZATION: CONTRIBUTIONS OF QUALITATIVE RESEARCH TO SOCIOECONOMIC DEVELOPMENT

DOI: 10.5281/zenodo.22880006



Jeanderson Domingos Minotto Bombazar¹

Thiago Henrique Almino Francisco²

Francisco Pizzette Nunes³

Gabriela Rejane Vilaça⁴

RESUMO

A crescente complexidade dos desafios socioeconômicos tem exposto limites de diagnósticos baseados apenas em métricas numéricas. Problemas como desigualdade territorial, desconfiança institucional, baixa difusão de inovação e fragilidades de governança envolvem sentidos, práticas e conflitos que não se deixam reduzir a variáveis isoladas. Nesse cenário, a pesquisa qualitativa contribui ao produzir interpretações densas e, sobretudo, ao permitir o “salto” da descrição para a teorização: a construção de explicações plausíveis sobre mecanismos, processos e condições de funcionamento de políticas, organizações e ecossistemas locais. Este artigo, de natureza teórico-ensaística e sustentado por revisão narrativa, discute o ciclo metodológico que vai da geração do dado (em entrevistas, observação e análise documental) à codificação, categorização e formulação de proposições teóricas. Argumenta-se que o impacto concreto da abordagem qualitativa emerge quando o rigor analítico é explicitado,

1 Mestrando em Desenvolvimento Socioeconômico, Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. E-mail: cuga@unesc.net. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-0722-9499>.

2 Doutor em Administração, Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. E-mail: tfrancisco@unesc.net. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6285-7742>.

3 Doutor em Direito, Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. E-mail: francisco.pizzette@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5872-0671>.

4 Especialista em Gestão de Segurança dos Alimentos, Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. E-mail: gabi_rv@hotmail.com.





reduzindo arbitrariedades e tornando as inferências transferíveis para contextos semelhantes. Na parte final, o texto reúne implicações aplicadas para gestão, inovação, políticas públicas e desenvolvimento regional. O argumento é simples, embora exigente: desenvolvimento não se consolida só por desenho de programas ou volume de recursos; ele depende também da confiança que se constrói, da aprendizagem que se acumula em interação e da capacidade de adaptar estratégias às condições reais de cada território.

Palavras-chave: Pesquisa qualitativa; Teorização; Desenvolvimento socioeconômico; Gestão; Políticas públicas.

ABSTRACT

The increasing complexity of socioeconomic challenges has revealed the limitations of diagnoses based solely on quantitative metrics. Issues such as territorial inequality, institutional mistrust, limited innovation diffusion, and governance weaknesses involve meanings, practices, and conflicts that cannot be reduced to isolated variables. In this context, qualitative research contributes by generating in-depth interpretations and, above all, by enabling the transition from description to theorization through the development of plausible explanations regarding the mechanisms, processes, and conditions underlying policies, organizations, and local ecosystems. This theoretical essay, supported by a narrative literature review, examines the methodological cycle that encompasses data generation through interviews, observation, and document analysis, as well as coding, categorization, and the formulation of theoretical propositions. It is argued that the practical impact of qualitative approaches emerges when analytical rigor is clearly articulated, reducing arbitrariness and making inferences transferable to similar contexts. The final section highlights practical implications for management, innovation, public policy, and regional development. The central argument is that development is not achieved solely through program design or resource allocation; rather, it also depends on the trust built among actors, the learning accumulated through interaction, and the capacity to adapt strategies to the specific conditions of each territory.

Keywords: Qualitative Research; Theorization; Socioeconomic Development; Management; Public Policies.

1. INTRODUÇÃO

A agenda do desenvolvimento socioeconômico, quando observada no nível municipal e regional, expõe um paradoxo recorrente: é possível crescer em renda e atividade produtiva sem que isso se converta, com a mesma intensidade, em bem-estar e oportunidades. Indicadores sintéticos como o IDHM ajudam a mapear carências e potencialidades, mas demandam leitura contextual para orientar decisões, pois a qualidade da transformação social depende de como recursos são convertidos em saúde, educação e capacidades. Essa distância





entre crescimento e desenvolvimento recoloca o problema metodológico central: não basta medir resultados; é preciso compreender processos e escolhas que produzem (ou bloqueiam) tais resultados (FREDERICO, 2021).

A compreensão desses processos torna-se ainda mais urgente em contextos de crise de legitimidade. A perda de confiança em instituições públicas, por exemplo, não se explica por um único choque, mas por rupturas acumuladas entre promessas normativas e entregas concretas, afetando coesão social e capacidade do Estado de coordenar políticas. Quando a população interpreta reformas, escândalos e decisões pouco participativas como sinais de incoerência, a governança perde densidade e o desenvolvimento tende a se tornar instável, mesmo diante de avanços pontuais em indicadores sociais (ALBAREDA; TORRES, 2022).

Diante disso, a pesquisa qualitativa ganha relevância por operar onde a estatística encontra seus limites: na reconstrução de sentidos, justificativas, conflitos e racionalidades práticas. A própria atividade de pesquisar é atravessada por escolhas interpretativas, inclusive em estudos quantitativos, uma vez que a formulação de hipóteses, a construção de instrumentos e a leitura de resultados dependem de linguagem e contexto. Em vez de opor objetividade e subjetividade, a abordagem qualitativa enfatiza a dialogicidade entre pesquisador, dados e mundo social como condição para produzir explicações socialmente pertinentes (TUZZO; SANTOS; BRAGA, 2023).

Se a interpretação é inevitável, o desafio passa a ser transformá-la em conhecimento controlável, isto é, em teorização com critérios explícitos de validação. Essa passagem exige vigilância epistemológica, ruptura com o senso comum e atenção à complexidade, evitando reducionismos que convertam fenômenos multicausais em narrativas simplificadas. Assim, mais do que uma técnica, a pesquisa qualitativa se apresenta como postura metodológica que articula teoria, método, ética e retorno social da investigação (MENDES, 2020).

Partindo desse enquadramento, este artigo enfrenta o seguinte problema: como a pesquisa qualitativa transita da interpretação à teorização de modo a gerar impacto concreto em gestão, políticas públicas, inovação e desenvolvimento regional? O objetivo é analisar o ciclo metodológico dessa transição, destacando etapas críticas (geração do dado, codificação,





categorização e critérios de rigor) e, em seguida, evidenciar contribuições aplicadas em contextos interdisciplinares. A estrutura do texto segue cinco seções: introdução; procedimentos metodológicos; discussão do rigor qualitativo; aplicações ao desenvolvimento socioeconômico; e considerações finais.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de um ensaio teórico sustentado por revisão narrativa da literatura. A estratégia privilegia obras que discutem fundamentos epistêmicos da pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas e estudos empíricos qualitativos voltados a políticas, inovação e desenvolvimento. A revisão narrativa, aqui, não é entendida como mera síntese, mas como método de construção argumentativa capaz de identificar conceitos, tensões e lacunas, permitindo ao pesquisador propor articulações teóricas coerentes com a complexidade do objeto (MENDES, 2020).

Os critérios de seleção das obras combinaram dois eixos: (a) textos que problematizam a produção de sentidos, a relação sujeito-objeto e a impossibilidade de neutralidade plena na pesquisa social; e (b) estudos aplicados que ilustram como interpretações fundamentadas podem orientar decisões e reconfigurar programas e arranjos institucionais. A opção por esse recorte dialoga com a premissa de que a fronteira entre qualitativo e quantitativo é porosa e que o conhecimento avança quando os métodos são articulados de modo reflexivo, e não por adesão dogmática a um único paradigma (TUZZO; SANTOS; BRAGA, 2023).

A análise dos textos seguiu uma abordagem interpretativa e reflexiva, buscando explicitar pressupostos, mecanismos causais sugeridos e implicações práticas. Essa leitura foi guiada pela ideia de que, em Ciências Sociais Aplicadas, a robustez de uma teoria depende de sua capacidade de dialogar com problemas reais e de produzir conhecimento acionável, ainda que situado. Assim, o artigo privilegia inferências teóricas que emergem da relação entre compreensão e intervenção, em vez de abstrações desconectadas da prática (BRANDÃO, 2025).





3. DA INTERPRETAÇÃO À TEORIZAÇÃO: O RIGOR NA PESQUISA QUALITATIVA

3.1 Fundamentos e a “caixa preta” da análise

Falar em “rigor” na pesquisa qualitativa não significa importar mecanicamente critérios das ciências experimentais, mas tornar rastreável o caminho analítico que conecta material empírico a inferências. A chamada “caixa preta” da análise qualitativa costuma ser o ponto vulnerável do trabalho: quando categorias aparecem como produto intuitivo do pesquisador, sem descrição do percurso de leitura, comparação e refinamento, a credibilidade é fragilizada. O rigor, portanto, começa pela explicitação de escolhas ontológicas e epistemológicas e pela vigilância sobre vieses interpretativos, reconhecendo que a subjetividade faz parte do objeto e precisa ser trabalhada, não negada (MENDES, 2020).

Uma forma de reduzir opacidade é aproximar análise e teoria de mudança, tornando visíveis os mecanismos que se espera que operem em uma política, programa ou arranjo institucional. Quando o pesquisador explicita encadeamentos causais e confronta expectativas com evidências de processo, a interpretação deixa de ser mera opinião e se torna auditoria argumentada. Estudos qualitativos que combinam modelos lógicos e rastreamento de processos mostram, na prática, como o exame de documentos, decisões e episódios críticos permite explicar por que resultados divergem do desenho formal, abrindo espaço para recomendações de reorientação (MELLO; SERRA, 2022).

3.2 Da realidade ao dado: coleta como ato interpretativo

A passagem da realidade ao “dado” é, ela própria, um ato interpretativo. Entrevistas, observação e análise documental não capturam um real bruto; produzem registros situados, atravessados por linguagem, posições sociais e relações de poder. Essa condição não invalida o conhecimento, mas exige reflexividade: o pesquisador precisa reconhecer como sua presença, suas perguntas e o contexto de campo participam da construção do material empírico. Nesse sentido, a dialogicidade não é apenas princípio ético, mas componente





metodológico que define o que pode ser conhecido e como os sentidos são negociados (TUZZO; SANTOS; BRAGA, 2023).

Entre os riscos mais comuns na geração do dado está o viés de desejabilidade social, pelo qual participantes tendem a ajustar respostas ao que julgam ser aceitável, sobretudo quando o tema envolve julgamentos morais, estigmas ou avaliação de serviços. A teorização construída sobre falas “polidas” pode reproduzir expectativas normativas e ocultar práticas reais. Estratégias como construção de rapport, condução não diretiva e triangulação de fontes funcionam como dispositivos de qualidade, na medida em que ampliam a chance de acesso a contradições, silêncios e justificativas que revelam mecanismos subjacentes (BISPO JÚNIOR, 2022).

Além das entrevistas individuais, técnicas coletivas podem acelerar diagnósticos e ampliar a compreensão de dinâmicas sociais. O grupo focal, quando planejado com critérios de seleção, moderação e registro, permite observar como sentidos são produzidos no próprio debate, revelando disputas interpretativas e consensos práticos. Em políticas públicas, a sistematização dessas percepções pode ser apoiada por matrizes analíticas que organizem problemas e soluções por nível de governabilidade, convertendo “reclamações” dispersas em informação gerencial para revisão de desenho e processos (MEDEIROS; SILVEIRA, 2025).

3.3 Codificação e categorização: desconstrução e reconstrução de sentidos

Uma vez produzido o material empírico, a codificação representa um movimento de desconstrução: o texto é fragmentado em unidades de significado para que padrões, recorrências e desvios se tornem observáveis. A qualidade dessa etapa depende da consistência do esquema de códigos, do registro de memos analíticos e da comparação constante entre casos, evitando categorias que apenas reproduzam o senso comum. Quando o processo é documentado, o leitor consegue acompanhar como o pesquisador saiu de excertos para agrupamentos interpretativos mais amplos (MENDES, 2020).





A categorização, por sua vez, é um movimento de reconstrução: códigos são articulados em categorias que expressam relações entre práticas, contextos e significados. É nessa etapa que a análise ganha densidade explicativa, pois as categorias não devem funcionar como rótulos descritivos, mas como conceitos operacionais que permitem inferir condições e mecanismos. Em pesquisas orientadas a problemas, a categorização pode ser fortalecida quando o analista contrasta “teorias proclamadas” por atores com “teorias em uso” observáveis na prática, reduzindo a distância entre discurso e ação (BRANDÃO, 2025).

3.4 O salto teórico e critérios de rigor

O “salto teórico” ocorre quando categorias são convertidas em proposições: relações condicionais, mecanismos e hipóteses que explicam por que um fenômeno se mantém, se transforma ou falha. Para que esse salto não seja arbitrário, a pesquisa qualitativa recorre a critérios como credibilidade (consistência interna e coerência com o material), transferibilidade (utilidade em contextos semelhantes mediante descrição densa) e confirmabilidade (rastreadibilidade das decisões analíticas). A reflexividade, aqui, é central: reconhecer limitações do campo e do pesquisador aumenta, e não diminui, a confiabilidade das inferências (BISPO JÚNIOR, 2022).

Em objetos complexos, a teorização se beneficia de desenhos avaliativos capazes de integrar dimensões estruturais, processuais e de resultados. Abordagens sistêmicas propõem combinar indicadores com evidências qualitativas para compreender externalidades, efeitos territoriais e mudanças institucionais que não aparecem em séries numéricas. Nesse registro, a pesquisa qualitativa opera como “ponte” entre o que uma política pretende produzir e o que ela de fato produz, permitindo explicar como e por que resultados diferem entre territórios, públicos e períodos (NOGUEIRA; RAMOS, 2025).





4. CONTRIBUIÇÕES AO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

4.1 Gestão

Na gestão, a pesquisa qualitativa é particularmente útil quando decisões dependem de dimensões simbólicas e relacionais, como cultura organizacional, estilos de liderança e sentidos atribuídos a rotinas de trabalho. Nesses temas, dados numéricos podem indicar sintomas (rotatividade, absenteísmo, desempenho), mas dificilmente explicam os motivos pelos quais pessoas aderem, resistem ou reinterpretem normas. Abordagens que articulam compreensão e intervenção permitem produzir conhecimento enquanto se ajustam práticas, favorecendo a construção de “teorias-em-uso” sobre como organizações aprendem, coordenam e mudam em contextos de incerteza (BRANDÃO, 2025).

Em gestão pública, a contribuição qualitativa se intensifica porque a eficácia de políticas depende de legitimidade e confiança, variáveis que não se captam adequadamente por indicadores de entrega. A análise interpretativa de episódios históricos, discursos e documentos permite compreender como expectativas sociais se formam e como se deterioram quando há divergência persistente entre compromisso estatal e experiência do cidadão. Ao teorizar sobre a “quebra” do contrato social, a pesquisa qualitativa oferece lentes para explicar por que reformas e decisões administrativas podem produzir efeitos colaterais de desafeição institucional, prejudicando a coordenação do desenvolvimento (ALBAREDA; TORRES, 2022).

Ainda no âmbito organizacional, a investigação qualitativa contribui ao examinar os mecanismos micro de tomada de decisão: como critérios “técnicos” são negociados, quais valores orientam prioridades e como conflitos são administrados. Quando gestores enfrentam problemas complexos, a utilidade prática do estudo aumenta se o pesquisador documenta o percurso analítico e devolve resultados em linguagem acessível, criando insumos para aprendizagem institucional. Esse retorno não implica abandonar o rigor; ao contrário, exige transparência metodológica para que recomendações sejam discutidas e apropriadas por diferentes atores (MENDES, 2020).





4.2 Inovação

No debate sobre inovação, a pesquisa qualitativa ajuda a deslocar o foco de “quantos” projetos existem para “como” e “para quem” os ecossistemas funcionam. A inovação opera por interações, confiança e incentivos, e tende a produzir efeitos territoriais assimétricos quando políticas são neutras ao espaço. A análise qualitativa de marcos regulatórios e de padrões de cooperação entre universidade, empresa e governo permite identificar por que instrumentos legais e fiscais, embora necessários, podem reforçar concentrações regionais e ampliar desigualdades se não houver estratégias de territorialização e inclusão de capacidades locais (MÜLLER; SCHUCK, 2026).

Relatos de experiência sistematizados evidenciam a passagem da prática para a teoria, sobretudo em políticas de micro-intervenção. A implementação de ambientes de pré-incubação, com mentorias, consultorias e apoio à validação de MVPs, mostra como o Estado pode atuar como agente indutor ao criar condições iniciais de coordenação e aprendizado. Ao descrever escolhas, dificuldades e resultados de um programa, a pesquisa qualitativa produz conhecimento replicável sobre mecanismos de alavancagem de recursos e sobre barreiras culturais enfrentadas por empreendedores em ecossistemas incipientes (SOUZA et al., 2024).

Outra frente relevante é o desenho de espaços participativos como comunidades de prática. Fóruns de inovação podem se tornar catalisadores de progresso quando possuem objetivos claros, liderança facilitadora e repertório compartilhado que permita transformar conversa em ação. A análise qualitativa desses arranjos explicita como capital social e confiança funcionam como pré-requisitos para inovação aberta, e como a desconexão com necessidades locais pode tornar tais espaços burocráticos. Para gestores, a contribuição está em identificar condições de funcionamento que elevam a eficácia dos fóruns como infraestrutura social de aprendizagem coletiva (CHETENI; UMEJESI, 2025).

Em territórios fora dos grandes eixos tecnológicos, o método qualitativo é útil para revelar gargalos institucionais que impedem o transbordamento do conhecimento. A análise de documentos locais, planos e legislações mostra que a presença de universidades e centros





de pesquisa não garante, por si só, dinamismo econômico. Quando faltam marcos regulatórios municipais, conselhos de CT&I e instrumentos de financiamento aderentes à realidade local, parcerias público-privadas se tornam arriscadas, e a hélice tríplice opera de modo incompleto. A pesquisa qualitativa, nesse caso, permite formular proposições sobre como “vácuos institucionais” bloqueiam trajetórias de inovação territorial (SANTOS et al., 2023).

A comparação internacional reforça a importância de soluções endógenas e de infraestrutura básica para sustentar pesquisa e inovação. Regiões ricas em recursos naturais podem permanecer subdesenvolvidas quando não investem em capital humano e quando universidades não se conectam a demandas comunitárias. A interpretação de narrativas locais sobre corrupção, falta de energia e conectividade e fuga de cérebros permite explicar por que políticas de conteúdo local ou diretrizes nacionais falham na ausência de capacidade técnica. Para o debate brasileiro, o valor analítico está em iluminar mecanismos de dependência e em sustentar que desenvolvimento não ocorre por osmose da riqueza, mas por gestão do conhecimento (KORIKIYE; BARIWENI, 2025).

4.3 Políticas públicas

Em políticas públicas, a pesquisa qualitativa contribui para ampliar a noção de efetividade: não apenas cumprir metas numéricas, mas produzir mudanças socialmente relevantes. Políticas desenvolvimentistas, especialmente em educação, geram externalidades difusas no território, e sua avaliação requer captar trajetórias, oportunidades criadas e desigualdades reduzidas. Abordagens sistêmicas recomendam integrar dimensões estruturais (recursos e governança), processuais (implementação) e de resultados, combinando evidências qualitativas e quantitativas para transformar a avaliação em aprendizado contínuo, capaz de corrigir rumos e explicitar mecanismos de sucesso ou fracasso (NOGUEIRA; RAMOS, 2025).

Métodos de escuta qualificada, como grupos focais, acrescentam uma camada decisiva ao ciclo de políticas: a voz do usuário final. Ao organizar percepções de beneficiários e





gestores, é possível identificar gargalos comunicacionais, barreiras burocráticas e problemas de desenho que não aparecem nos sistemas de informação. A tradução dessas falas em categorias analíticas permite que a gestão diferencie responsabilidades entre níveis federativos e proponha ajustes operacionais, convertendo experiências locais em recomendações generalizáveis para aperfeiçoamento de programas (MEDEIROS; SILVEIRA, 2025).

Quando a análise qualitativa incorpora dimensões de confiança e coerência institucional, a avaliação ganha profundidade normativa e prática. Políticas podem cumprir procedimentos formais e ainda assim produzir desafeição se forem percebidas como injustas, pouco transparentes ou desconectadas de demandas sociais. Ao interpretar rupturas entre promessas e entregas, o pesquisador consegue explicar como crises de representatividade afetam a adesão de públicos-alvo e a sustentabilidade de reformas, sugerindo que a reconstrução de confiança é também um ativo econômico e social para o desenvolvimento (ALBAREDA; TORRES, 2022).

Além disso, estudos de caso qualitativos podem “auditar” políticas complexas ao reconstruir mecanismos e decisões que levaram a resultados aquém do esperado. Ao investigar programas de ambientes de inovação, por exemplo, a análise de documentos, critérios de credenciamento e práticas de monitoramento permite identificar desalinhamentos entre desenho e execução. Esse tipo de avaliação evidencia quando a política se concentra em insumos e burocracias, negligenciando serviços, redes e governança que efetivamente produzem inovação, oferecendo bases para reorientação com maior aderência territorial (MELLO; SERRA, 2022).

4.4 Desenvolvimento regional

No campo do desenvolvimento regional, a pesquisa qualitativa oferece ferramentas para compreender por que certas iniciativas geram dinamismo e outras se tornam “infraestruturas vazias”. Ao abrir a causalidade de políticas de parques tecnológicos, é possível mostrar que a contiguidade física entre atores não cria inovação automaticamente: ela





precisa ser mediada por governança, fluxos de conhecimento e serviços de valor agregado. Quando o desenho institucional privilegia requisitos imobiliários em detrimento de redes, a política perde capacidade de transformar a estrutura produtiva, e o diagnóstico qualitativo se torna essencial para corrigir rumos e realinhar teoria do programa e prática (MELLO; SERRA, 2022).

A leitura qualitativa de indicadores sociais no nível local também é decisiva para evitar que o planejamento se reduza a ranking. Municípios diferem em trajetórias, capacidades administrativas e condições de oferta de serviços, o que exige interpretar índices como mapa de carências e potencialidades. Quando gestores compreendem como investimento em saúde e educação se converte em capacidades e oportunidades, o desenvolvimento humano municipal deixa de ser um resultado “automático” da renda e passa a orientar escolhas estratégicas de médio prazo, com foco na redução de desigualdades e na eficiência do gasto público (FREDERICO, 2021).

Instituições de ensino superior podem atuar como hubs de desenvolvimento regional ao traduzirem agendas globais para necessidades locais. Estudos qualitativos sobre a implementação da Agenda 2030 em universidades mostram que o principal obstáculo costuma ser cultural e organizacional: fragmentação disciplinar, rigidez burocrática e baixa difusão transversal do tema. Ao mapear drivers e barreiras, a pesquisa revela o risco de adoções superficiais motivadas por pressões externas e destaca a necessidade de integração entre ensino, pesquisa e extensão para que sustentabilidade se torne estratégia efetiva de gestão e de impacto territorial (CHRIST et al., 2024).

Em regiões de pequeno e médio porte, a análise qualitativa evidencia que a presença de ativos de conhecimento precisa ser acoplada a instrumentos de governança e regulação local. Quando planos plurianuais e leis orgânicas não criam condições para parcerias, fundos e conselhos, o conhecimento acadêmico não se traduz em inovação econômica. A partir da interpretação de documentos e da articulação com a literatura sobre hélice tríplice, é possível teorizar que o desenvolvimento regional depende de marcos regulatórios aderentes ao





território, capazes de reduzir incerteza e de orientar investimentos em vocações endógenas (SANTOS et al., 2023).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa qualitativa contribui para o desenvolvimento socioeconômico quando consegue transformar interpretações situadas em explicações rastreáveis, capazes de orientar decisões em contextos complexos. Esse movimento da interpretação à teorização não é um salto intuitivo, mas um percurso metodológico que envolve geração cuidadosa do dado, transparência analítica, comparação constante e explicitação de mecanismos. Quando o percurso é visível, a teoria produzida deixa de ser apenas descritiva e passa a operar como instrumento de diagnóstico e de intervenção, com potencial de transferência para casos semelhantes.

Do ponto de vista aplicado, os exemplos discutidos indicam que o impacto “concreto” da pesquisa qualitativa emerge, em grande medida, da sua capacidade de captar dinâmicas humanas: confiança, cooperação, conflito, aprendizagem e cultura institucional. Em gestão e políticas públicas, compreender essas dimensões é condição para formular mudanças viáveis e socialmente legítimas. Em inovação e desenvolvimento regional, a abordagem qualitativa ilumina como redes, governança e regulação local mediarão a transformação de conhecimento em riqueza e bem-estar, evitando que investimentos se convertam em infraestrutura sem efeito econômico.

Como limites, este ensaio se apoia em revisão narrativa e, portanto, não pretende exaurir o campo nem generalizar empiricamente para todos os contextos. Ainda assim, aponta uma agenda promissora: ampliar pesquisas aplicadas com desenhos de métodos mistos, fortalecer avaliações orientadas a mecanismos e aprofundar estudos comparativos entre territórios. A centralidade permanece a mesma: quanto mais complexos os problemas, maior a necessidade de métodos que combinem rigor e sensibilidade ao contexto para produzir teorias acionáveis e socialmente relevantes.





REFERÊNCIAS

ALBAREDA, Alexandra; TORRES, Ricardo Lobato. **Quebra de contrato social e desconfiança nas instituições públicas: desafios para o desenvolvimento socioeconômico no Brasil.** *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, v. 20, n. 58, e11865, p. 1-20, 2022. DOI: 10.21527/2237-6453.2022.58.11865. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2022.58.11865> Acesso em: 18 jan. 2026.

BISPO JÚNIOR, José Patrício. **Viés de desejabilidade social na pesquisa qualitativa em saúde.** *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 56, n. 101, p. 1-10, 2022. DOI: 10.11606/s1518-8787.2022056004164. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2022056004164> Acesso em: 16 jan. 2026.

BRANDÃO, Jobson Louis Almeida. **Método ciência-ação nas Ciências Sociais Aplicadas: uma abordagem analítica sobre o potencial e a viabilidade de aplicação.** *Conhecimento em Ação*, Rio de Janeiro, v. 10, p. 1-32, 2025. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/download/67985/43375/215474> Acesso em: 21 jan. 2026.

CHETENI, Priviledge; UMEJESI, Ikechukwu. **Leveraging forums as a catalyst for innovation: Driving progress through communities of practice** [Aproveitando fóruns como catalisadores de inovação: impulsionando o progresso por meio de comunidades de prática]. *African Journal of Science, Technology, Innovation and Development*, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 277-290, 2025. DOI: 10.1080/20421338.2025.2460235. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/20421338.2025.2460235> Acesso em: 19 jan. 2026.

CHRIST, Gabriela Daiana; PIFFER, Moacir; ALVES, Lucir Reinaldo; PAULI, Jandir. **Drivers e barreiras à implementação da Agenda 2030 em uma universidade estadual paranaense (Brasil): desenvolvimento regional e sustentável em perspectiva.** *Gestão & Regionalidade*, São Caetano do Sul, v. 40, e20249366, abr.-maio. 2024. DOI: 10.13037/gr.vol40.e20249366. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/download/9366/4165/35115 Acesso em: 17 jan. 2026.





FREDERICO, Maristela. **Desenvolvimento humano municipal: uma abordagem sob a ótica econômica.** *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*, Curitiba, v. 10, n. 3, p. 398-412, set./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/article/viewFile/11397/8520> Acesso em: 19 jan. 2026.

KORIKIYE, Wenibowei; BARIWENI, Binaebi. **The role of research and innovation in socio-economic development of Bayelsa State** [O papel da pesquisa e da inovação no desenvolvimento socioeconômico do Estado de Bayelsa]. *African Journal of Social Sciences and Humanities Research*, [S. l.], v. 8, n. 4, p. 21-36, 2025. DOI: 10.52589/AJSSHR-EPWYD01R. Disponível em: <https://doi.org/10.52589/AJSSHR-EPWYD01R> Acesso em: 21 jan. 2026.

MEDEIROS, Carolina Beltrão de; SILVEIRA, Sergio Kelner. **Grupo focal e política pública: aspectos metodológicos para aperfeiçoamento do Programa Bolsa Família.** *Revista Perspectivas em Políticas Públicas*, Belo Horizonte, v. 18, n. 36, p. 111-129, jul./dez. 2025. Disponível em: <https://revista.uemg.br/revistappp/article/download/9366/6366> Acesso em: 24 jan. 2026.

MELLO, Patrícia; SERRA, Maurício. **Parques tecnológicos e desenvolvimento regional: um estudo de caso do sistema paulista de ambientes de inovação.** Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2022. 26 p. (Texto para Discussão, n. 439). Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD439.pdf> Acesso em: 25 jan. 2026.

MENDES, Daniele Cristina Bahniuk. **Compilado de Ciências Sociais: aspectos epistêmicos e metodológicos.** Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020. 119 p. Disponível em: <https://bibliotecadigital.stf.jus.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/2499/1184119.pdf?sequence=3&isAllowed=y> Acesso em: 25 jan. 2026.

MÜLLER, Danusa Maysa; SCHUCK, Denis Rafael da Rosa. **A inovação como fator de desenvolvimento regional.** *Cadernos Cajuína*, Teresina, v. 11, n. 1, e1618, p. 1-23, 2026. Disponível em: <https://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/article/view/1618> Acesso em: 15 jan. 2026.

NOGUEIRA, Igor Vasconcelos; RAMOS, Leticia Pedroso. **Avaliação de políticas públicas desenvolvimentistas: um enfoque educacional.** *Revista Brasileira da Educação Profissional*





e Tecnológica, [S. l.], v. 3, n. 25, p. e15881, 2025. DOI: 10.15628/rbept.2025.15881.
Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/15881> Acesso em: 16 jan. 2026.

SANTOS, Iuri Clauton Paixão dos; OLIVEIRA NETO, João Soares de; GARCIA, Jesus Carlos Delgado. **Inovação e o desenvolvimento regional de municípios de pequeno e médio porte no Recôncavo da Bahia: desafios e oportunidades.** *Humanidades & Inovação*, Palmas, v. 10, n. 10, p. 285-299, 2023. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/7163> Acesso em: 23 jan. 2026.

SOUZA, Ângela Márcia de; RESMINI, Roger; MAIA, João Carlos de Souza; PROLO, Ivor. **Políticas públicas para inovação: um relato de experiência sobre o Escritório Híbrido.** *Revista da FAE*, Curitiba, v. 27, 2024. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/835> Acesso em: 20 jan. 2026.

TUZZO, Simone Antoniacci; SANTOS, Inês Guerra; BRAGA, Claudomilson Fernandes. **O caráter dialógico da pesquisa qualitativa.** *New Trends in Qualitative Research*, Oliveira de Azeméis (Portugal), v. 19, e864, p. 1-11, set. 2023. Disponível em: <https://publi.ludomedia.org/index.php/ntqr/article/download/864/896/2436> Acesso em: 26 jan. 2026.

Recebido em: 03/08/2026

Aprovado em: 27/08/2026

Publicado em: 21/09/2026

